

# FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 07 a 11 de junho, em Brasília.

## AGENDA DE REFORMAS & AVANÇO DA CPI SOBRE ESTADOS

**Nesta semana, a agenda de Reformas do Governo deve dar mais um passo.** O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP/AL), anunciou que vai se reunir com os líderes partidários para definir as próximas etapas da Reforma Administrativa – *que já teve sua admissibilidade aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).*

**Por outro lado, a Reforma Tributária segue sem previsão clara.** Apesar do acordo pelo fatiamento da proposta – *firmado pelo Planalto e pelos presidentes da Câmara e do Senado* – os projetos que tratam sobre a matéria ainda não têm prazo para começarem a tramitar. Diversos segmentos econômicos têm resistido à ideia do fatiamento, assim como estados e municípios.

**Nesse cenário, outros projetos vão ganhando prioridade, especialmente relacionados às eleições.** Na Câmara, matérias que alteram regras eleitorais, notadamente o voto impresso e a proibição de pleitos em datas próximas a feriados, terão mais uma semana de debates com especialistas. Os parlamentares se esforçam para deliberar eventuais alterações, uma vez que, para

valerem já em 2022, as novas regras devem ser aprovadas até outubro deste ano.

**Já no Senado, a CPI da Pandemia planeja ouvir primeiro governador.** Ainda na incerteza sobre a possibilidade de convocar governadores estaduais, a CPI da Pandemia marcou para esta semana o depoimento do governador do Amazonas, Wilson Lima (PSC). Sua convocação, inicialmente, estava prevista apenas para o dia 29, mas operações policiais da última semana levaram o colegiado a antecipar a oitiva. No entanto, uma ação de 18 governadores questiona no STF a validade de convocação pela CPI – *a relatora, ministra Rosa Weber, ainda não se manifestou.* Aliados do Planalto tentam manter o depoimento dos chefes dos Executivos locais.

**Além disso, a CPI também deve enfrentar nesta semana pedidos de quebras de sigilo.** O colegiado pautou oito requerimentos de quebras de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático. Os principais alvos desses requerimentos são os ex-ministros Eduardo Pazuello (Saúde) e Ernesto Araújo (Relações Exteriores), o vereador Carlos Bolsonaro (REP/RJ), o ex-secretário de Comunicação Fabio Wajngarten e o assessor da Presidência da República Filipe Martins.

## Destaques da Semana

Terça

- O Plenário da [Câmara dos Deputados](#) deverá votar a [MPV 1040/2021](#), que promove medidas de curto prazo com o objetivo de modernizar e desburocratizar o ambiente de negócios no Brasil.
- O Plenário do [Senado Federal](#) deverá votar o [PL 1805/2021](#), que altera o Código de Defesa do Consumidor e o Estatuto do Idoso.
- A [CPI da Pandemia](#) volta a ouvir o ministro Marcelo Queiroga.

Quinta

- A [CPI da Pandemia](#) ouve o governador do Amazonas, Wilson Lima.

## Poder Executivo

### Presidência da República

**Agenda do Presidente - Jair Bolsonaro** participou, nesta segunda (07), de reuniões com o ministro João Roma (Cidadania), advogado André Mendonça (AGU) e o secretário subchefe Pedro Cesar Sousa (Secretaria Geral PR). Ademais, se reuniu com o presidente da confederação das associações comerciais e empresariais do Brasil, George Teixeira Pinheiro (CACB).

### ME

Ministério da Economia

**Agenda do ministro - Paulo Guedes** participou, nesta segunda (07), de reuniões com os secretários Bruno Bianco (Previdência e Trabalho), José Tostes (Receita Federal) e Bruno Funchal (Fazenda).

BACEN  
Banco Central do Brasil

**Agenda do presidente - Roberto Campos Neto** participou, nesta segunda (07), da reunião preparatória para a mesa redonda com investidores, sênior do BTG Pactual, André Esteves, sócio fundador da *Global Infrastructure Partners*, Matt Harris e com o Cliff Sobel, sócio fundador da *Valor Capital Group*. Ademais, participou da mesa redonda com grupo de investidores e representantes do *Milken Institute* sobre assuntos do cenário macroeconômico.

**Balança Comercial** – Para o saldo da balança comercial, os economistas mantiveram a projeção para a balança comercial em 2021, de superávit comercial US\$ 68,00 bilhões.

**Boletim Focus** – Para o IPCA, a expectativa do mercado para este ano subiu, de 5,31% para 5,44%. No caso do PIB 2021, as projeções do mercado para o crescimento da economia brasileira em 2021 subiram pela sexta semana consecutiva, e com força, de 3,96% para 4,36%. Para a taxa Selic, o ponto-médio das expectativas as expectativas mantiveram-se em 5,75%. A projeção para a taxa de câmbio do dólar no fim de 2021 permaneceu em R\$ 5,30.

BNDES  
Banco Nacional do Desenvolvimento

**Agenda do presidente - Gustavo Montezano** reuniu-se, nesta segunda (07), com interlocutores da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados (SEDDM/ME).

### MCom

Ministério das Comunicações

**Agenda do ministro - Fábio Faria** participa da missão do 5G para os Estados Unidos, que acontece entre os dias 06 e 11 de junho, com foco em visitas institucionais e diálogo com investidores. Nesta segunda (07), participou de reuniões com o Departamento de Estado (DOS), Conselho de Segurança Nacional (NSC) e Departamento de Segurança Interna (DHS) sobre a missão 5G.

Integram a comitiva:

- » Almirante Flávio Rocha, Secretário Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência;
- » Alexandre Ramagem, Diretor Geral da ABIN, representando o GSI;
- » Gen. Correia Filho, ex-Comandante de Comunicações do Exército, representando o Ministério da Defesa;
- » Helio Sant'ana, Diretor de Tecnologia de Presidência da República, representando a Secretaria Geral da Presidência;

## MEC

Ministério da Educação

- » Walton Alencar, Raimundo Carreio e Bruno Dantas, Ministros do Tribunal de Contas da União;
- » Flávio Bolsonaro (PATRI/RJ) e Ciro Nogueira(P/PI), Senadores; e
- » Artur Coimbra, Secretário de Telecomunicações e 5G do Ministério das Comunicações.

**Agenda do Ministro - Milton Ribeiro** participou, nesta segunda (07), da cerimônia de inauguração do Bloco de 6 salas de aula do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) em Alegre. Ademais, realizou visitas no laboratório de classificação e degustação de café no Ifes em Alegre/ES e as instalações do centro de inovação do Instituto Federal do Espírito Santo/Vitória.

## Poder Legislativo

### Câmara dos Deputados

Plenário

O Plenário da **Câmara dos Deputados** deve votar a partir desta terça (8), entre outros projetos, três medidas provisórias, a [MPV 1033/2021](#), que concede tratamento diferenciado à produção de oxigênio medicinal empregado em ações contra a covid19; e a [MPV 1040/2021](#), que promove medidas de curto prazo com o objetivo de modernizar e desburocratizar o ambiente de negócios no Brasil.

### Senado Federal

Plenário

O Plenário do **Senado Federal**, constam na pauta, entre outros, o [PL 1805/2021](#), que altera o Código de Defesa do Consumidor e o Estatuto do Idoso para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento, e o [PL 1674/2021](#), que cria o Passaporte Nacional de Imunização e Segurança Sanitária (PSS).

## Comissões

### COVID-19

Câmara | CTCOVID19 | Segunda (07) | 10h

#### Impacto da Covid-19 na Educação

**Audiência Pública** – A Comissão Temporária da Covid-19, promoveu audiência pública com especialistas e representantes do governo para discutir os impactos da pandemia sobre a educação. Participaram do debate: Mauro Luiz Rabelo, secretário de Educação Básica do Ministério da Educação; Luiz Miguel Martins Garcia, presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); Vitor de Angelo, presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed); Olavo Nogueira Filho, diretor-executivo do Movimento Todos Pela Educação; e Viviane Senna, presidente do Instituto Ayrton Senna.

### DIREITO DO CONSUMIDOR

Câmara | CDC | Quarta (09) | 09h

## Convocação de Ministro

**Reunião Ordinária** – Ocasão em que será votado requerimento sobre convocação do Sr. Ministro da Economia, Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes a fim de prestar esclarecimentos sobre as distorções “bilionárias” em dados de Previdência do Governo apontadas pelos Técnicos do Tribunal de Contas da União – TCU.

## CPI PANDEMIA

### Covid-19

**Oitivas** – A CPI volta a ouvir o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga. Também serão ouvidos Elcio Franco, ex-secretário executivo do Ministério da Saúde na gestão do ex-ministro Eduardo Pazuello, e o governador do Amazonas, Wilson Lima.

Senado | CPIPANDEMIA | Terça, Quarta, Quinta e Sexta | 09h

## Política

**MPs têm prazos prorrogados para agosto.** Foram prorrogados na sexta-feira (4) os prazos de tramitação das medidas provisórias 1.042/2021 e 1.043/2021. As medidas tratam da reorganização de cargos em comissão e funções de confiança da administração pública federal e da abertura de crédito extraordinário para combate à pandemia. Com a prorrogação, as medidas, editadas em abril, terão como prazo final para a aprovação 25 e 26 de agosto, respectivamente. A MP 1.042 altera a gestão de cargos em comissão e funções de confiança da administração pública federal. O texto autoriza o Poder Executivo a reorganizar, extinguir e transformar, sem aumento de despesa, cargos em comissão, funções de confiança e gratificações. A medida também traz critérios gerais para ocupação dos cargos em comissão e funções de confiança como idoneidade moral, reputação ilibada e perfil profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo. Fonte: Agência Senado

**Randolfe quer explicações de Osmar Terra sobre gabinete paralelo.** O vice-presidente da CPI da Pandemia, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), apresentou na sexta-feira (4) requerimentos de convocação para que o deputado federal Osmar Terra (MDB-RS) e o médico Paolo Zanutto se expliquem à comissão. A motivação para os requerimentos foi o vídeo divulgado pela imprensa que mostraria reunião de um suposto "gabinete paralelo" ao Ministério da Saúde, cujo objetivo seria aconselhar o presidente Jair Bolsonaro sobre a pandemia. Segundo Randolfe, o vídeo seria “a prova definitiva da existência do gabinete paralelo”. No vídeo divulgado pelo site de notícias Metrôpoles aparecem o virologista Paolo Zanutto, a médica Nise Yamaguchi, o deputado federal Osmar Terra (ex-ministro da Cidadania no governo Bolsonaro) e o próprio Jair Bolsonaro. Osmar Terra é chamado pelo presidente de “padrinho” e “assessor”. No vídeo, há falas de ressalva ao uso da vacina e de defesa da hidroxiclóricoquina. Os participantes da reunião não usavam máscaras. Fonte: Agência Senado

**“Bolsonaro não terá segurança” no Patriota, diz vice-presidente da legenda.** Ovasco Roma Altimari Resende, vice-presidente do Patriota, disse não acreditar que o presidente Jair Bolsonaro vá “entrar em um partido dividido”, uma vez que ele não teria “segurança nenhuma” de que sua candidatura à reeleição seria mantida. “Se aparecer um candidato mais forte nas pesquisas, Adilson [Barroso, presidente do partido] pode tirar a legenda e apoiar outro nome”, declarou em entrevista ao jornal O Globo publicada na segunda-feira (7). Fonte: Poder 360

**Presidente da Câmara marca reuniões com partidos para discutir reformas.** O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), convidou os líderes de todos os partidos para duas reuniões na terça-feira com o objetivo de discutir as reformas administrativa e política. A reforma administrativa terá uma comissão especial instalada, provavelmente esta semana, para discutir a proposta de emenda constitucional (PEC) enviada pelo governo Bolsonaro. Lira disse, no Twitter, que a reunião com os líderes será para “discutir mérito, ritos e procedimentos de tramitação” do projeto. Fonte: Valor Econômico

## Economia

**Guedes planeja contra-ataque à Argentina no Mercosul para avançar com abertura comercial.** A tentativa do Brasil de reduzir a Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul e avançar com a agenda de abertura comercial do ministro da Economia, Paulo Guedes, esbarra na resistência da Argentina. Mas o governo brasileiro quer ir adiante em sua proposta de reduzir a TEC em 10% agora e em outros 10% no fim do ano. Seria uma forma de começar a abertura do mercado brasileiro, prometida ainda na campanha eleitoral de 2018, mas cuja dificuldade Guedes tem localizado principalmente nas amarras do Mercosul. A Argentina, ainda informalmente, acena com a redução linear de 10% da TEC de forma imediata por parte do Brasil, e aplicar este corte para 75% das posições tarifárias argentinas, mas só em janeiro de 2022. Sobre a segunda redução proposta pelo Brasil, o país vizinho só aceitaria falar no assunto em 2023. Fonte: O Globo

**Em nota, FHC e Lula defendem Argentina em embate contra governo Bolsonaro no Mercosul.** Os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) divulgaram no sábado, 5, uma nota assinada em conjunto contra a proposta de redução tarifária unilateral por parte do Mercosul. O texto apoia a posição de Alberto Fernández, presidente da Argentina, que é contrária à medida defendida pelo governo brasileiro. “Concordarmos com a posição do presidente da Argentina, Alberto Fernández, de que este não é o momento para reduções tarifárias unilaterais por parte do Mercosul, sem nenhum benefício em favor das exportações do bloco”, diz o texto. Fonte: O Estado de S. Paulo

**Estados e capitais lançam “Refis” para engordar receita.** Enquanto o “passaporte tributário” ou o novo Refis federal aguardam tramitação no Senado, Estados e capitais já lançam seus programas especiais de parcelamento de débitos tributários em até dez anos e desconto de multa e juros que chegam a 100%. Pelo menos um terço dos Estados - Alagoas, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e Sergipe - e três capitais - Curitiba, Porto Alegre e São Paulo - já ofereceram ou aprovaram um “Refis” este ano ou ao menos enviaram a suas casas legislativas projetos nesse sentido. A ideia é dar um alívio ao contribuinte no momento difícil da pandemia e ao mesmo tempo garantir receita extra em meio à crise sanitária. No agregado, os programas devem render mais de R\$ 6 bilhões em arrecadação extraordinária, considerando o que já foi arrecadado e as projeções para 2021. Fonte: Valor Econômico

**Norma que flexibiliza garantia de crédito entra em vigor na segunda.** Após ter sido adiada por três vezes por pressão do setor, a norma que reduz a chamada trava bancária, publicada pelo Banco Central em junho de 2019, começa a valer na segunda (7). A nova regra faz parte de uma série de iniciativas para ampliar a competição no sistema financeiro. Trava bancária, também chamada de alienação fiduciária de recebíveis, é um mecanismo utilizado pelo banco como garantia de crédito para empresas. Um lojista, por exemplo, pode pegar um empréstimo e oferecer os pagamentos que tem a receber por compras de cartão de crédito em datas futuras para assegurar a operação. Antes, enquanto não quitasse o empréstimo, esses valores a receber, conhecidos no jargão como recebíveis, não poderiam ser utilizados em novos empréstimos, o que gerava a trava. Fonte: Valor Econômico

**BNDES reorganiza diretoria para ampliar sua efetividade e atender melhor o país.** A diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) passará por uma reorganização, após dois anos de relevantes entregas à sociedade da atual administração. Nesse período, foi estabelecido um Banco de Serviços robusto, o desinvestimento foi acelerado e o foco na sustentabilidade reforçado. O objetivo da mudança é evoluir para atender às novas demandas de desestatizações e infraestrutura, bem como oferecer mais apoio a modelos inovadores de financiamento e ações socioambientais. Fonte: BNDES

## Judiciário

**Confira a pauta da semana do STF.** O Plenário do Supremo Tribunal Federal se reunirá nesta quarta (9), a partir das 14h. Dentre os itens da pauta estão a [ADI 3486](#) e a [ADI 3493](#), relatadas pelo ministro Dias Toffoli, que firmam a competência da Justiça Federal para processar e julgar as causas relativas a direitos humanos. No dia 10, o Plenário irá debater o [Mandado de Segurança 24.529](#), relatado pelo ministro Marco Aurélio, contra

ato do TCU que determinou a suspensão do pagamento da incorporação de 84,32% aos vencimentos dos impetrantes, valor do IPC relativo ao mês de março de 1990, oriundo do "Plano Collor". Também na pauta, a [ADPF 221](#), de relatoria do ministro Dias Toffoli, que tratam sobre a [lei](#) e decretos do Estado do Rio Grande do Sul, que dispõem sobre o cadastramento, a distribuição e comercialização de produtos agrotóxicos e biocidas no território estadual. Portal STF

**Maioria no STF é favorável à cobrança de IR na liquidação de swap para hedge.** A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) votou a favor da incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre os resultados financeiros da liquidação de contratos de swap para hedge. Dos onze ministros, seis votaram nesse sentido. Até segunda, os outros ainda podem votar ou suspender o julgamento. Operações de hedge, por meio do contrato de swap, são feitas por empresas que querem se proteger de riscos da variação de preços. O tema é analisado em repercussão geral, portanto, a decisão servirá de orientação para as instâncias inferiores da Justiça (RE 1224696). O recurso julgado é do Playcenter, que questiona se a tributação prevista na Lei nº 9.779, de 1999, é constitucional. A Lei 9.779 instituiu a incidência do IRRF sobre os lucros obtidos nas operações de hedge, retirando a isenção antes concedida pela Lei nº 8.981, de 1995. Fonte: Valor Econômico

## Reforma Tributária

**'Isentar imposto é fortalecer o consumo', diz presidente da Frente Parlamentar de Reforma Tributária.** Presidente da Frente Parlamentar Mista de Reforma Tributária, o deputado Luis Miranda (DEM-DF), avalia que o sentimento do plenário da Câmara é o de elevar a faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) para R\$ 3 mil. Segundo ele, esse é um meio termo entre o desejo político dos parlamentares e do presidente Jair Bolsonaro de aumentar o limite para R\$ 4 mil e o da equipe econômica de elevar o valor para até R\$ 2,5 mil. O limite atual é de R\$ 1,9 mil por mês. Segundo o Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco), a tabela acumula uma defasagem de 113,09% desde 1996. A inflação acumulada foi 346,69%, enquanto as correções somaram 109,63%. Fonte: O Estado de S. Paulo

**CNI faz live sobre reforma tributária na terça-feira.** A Confederação Nacional da Indústria (CNI) realiza, na terça-feira (8/6), das 9h30 às 12h, em parceria com o Correio Braziliense, seminário online sobre a necessidade de uma reforma tributária ampla para destravar o crescimento da economia. Participam da live: conselheiro emérito da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), os deputados Ricardo Barros (PP-PR) e Alexis Fonteyne (NOVO-SP), professora e consultora especialista em IVA/IBS, advogada Melina Rocha e o diretor do Centro de Cidadania Fiscal, economista Bernard Appy. O debate será mediado pelo jornalista Vicente Nunes. O setor industrial avalia que a reforma é urgente para o país e que já passou da hora de fazer mudanças no atual sistema. Ela apoia, especialmente, a criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) que substitua os cinco tributos de consumo: PIS/Cofins e IPI (federais), ICMS (estadual), ISS (municipal). Atualmente, o acordo pela tramitação da reforma prevê, inicialmente, a união apenas de PIS e Cofins, deixando a discussão sobre os demais tributos para depois. Fonte: Portal da Indústria

## Covid-19

**Ministério da Saúde distribui mais 2,3 milhões de doses da vacina da Pfizer a estados e DF.** Mais 2,3 milhões de doses da vacina Covid-19 da Pfizer/BioNTech serão enviadas pelo Ministério da Saúde para todo o Brasil. Os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Amazonas e o Distrito Federal recebem os novos lotes ao longo da segunda-feira (7). A distribuição para as outras unidades da Federação está prevista para ser concluída até quarta (9). Leia aqui quantas doses cada estado recebeu e quais as orientações sobre a vacinação no 21º informe técnico sobre vacinação contra Covid-19. Fonte: ASCOM MS

**Anvisa autoriza importação da Covaxin sob condições controladas.** A Anvisa autorizou na sexta-feira (4/6) a importação excepcional da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde, para fins de distribuição e uso em condições controladas. A autorização definiu a quantidade de 4 milhões de doses, que poderá ser utilizada somente sob condições específicas determinadas pela Agência. A decisão foi tomada na 9ª Reunião Extraordinária Pública da Diretoria Colegiada. Para a autorização parcial, a Anvisa considerou o cenário da pandemia no Brasil, as adequações e os novos dados apresentados no novo pedido de importação, bem como as lacunas de informação ainda existentes na análise dos dados da Covaxin e as ações mitigatórias propostas pelas áreas técnicas. Fonte: ASCOM Anvisa

**Anvisa libera, sob condições controladas, parte da importação da Sputnik.** A vacina Sputnik V poderá ser importada em caráter excepcional pelo Brasil, em quantidades específicas, para fins de distribuição e uso em condições controladas determinadas pela Anvisa. A decisão foi tomada na sexta-feira (4/6) em reunião da Diretoria Colegiada. Para a autorização, a Agência considerou tanto o cenário da pandemia no Brasil, como as lacunas de informação ainda existentes na análise dos dados da Sputnik, além dos novos documentos apresentados pelos requerentes. Fonte: ASCOM Anvisa

**Análise do pedido de estudo da Butanvac.** A Anvisa vem trabalhando ininterruptamente na avaliação de todos os dossiês referentes aos produtos relacionados ao combate à Covid-19. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária esclarece que o processo de pedido de anuência dos estudos clínicos da vacina Butanvac, do Instituto Butantan, encontra-se em fase de "exigência". Isso quer dizer que, o processo está em discussão entre a ANVISA e o Instituto Butantan para que a documentação complementar, relativa ao protocolo do estudo, seja entregue e concluída com foco na segurança dos pacientes participantes do estudo. O Instituto Butantan deu entrada junto à Anvisa, em 26/3 deste ano, do Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM) da vacina Butanvac. A avaliação foi então iniciada. Transcorridos 72 dias até este domingo, 6/6, ANVISA e Instituto Butantan tem discutido continuamente os documentos e esclarecimentos necessários para a anuência do Estudo Clínico. Fonte: ASCOM Anvisa

## Último Foco

**Pronampe: Novo aporte do governo será necessário até fim do ano, diz representante de bancos.** Antes mesmo da liberação dos primeiros recursos para empréstimos do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), instituições financeiras já preveem que os valores previstos para 2021 poderão ser insuficientes e uma nova rodada será necessária no fim do ano. A avaliação foi feita ao Estadão/Broadcast pelo presidente da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), Sérgio Gusmão Suchodolski. A organização reúne 31 instituições financeiras voltadas para o fomento econômico, como o BNDES e o Banco de Brasil. Nove associadas da ABDE ofereceram linhas da primeira etapa do Pronampe, no ano passado, sendo responsáveis por quase 80% dos R\$ 37 bilhões emprestados no programa no ano passado. Fonte: O Estado de S. Paulo

**Novo Pronampe tem prazo maior, menos recursos e é mais caro: veja o que dizem analistas e governo.** O novo Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), sancionado e tornado permanente nesta semana pelo governo conta com menos recursos em relação ao ano passado, tem juros mais altos, prazo mais dilatado para carência e pagamento e demorou para ser implementado. Os analistas são unânimes quanto à importância do programa — que concede crédito a um segmento com dificuldades históricas para obtê-lo, com juros menores que as taxas tradicionais dos bancos e com prazos mais dilatados. Fonte: G1 Notícias

**Governo inicia nova fase do Auxílio Emergencial com o cadastro de empresas do Simples Nacional.** O governo do Estado inicia na segunda-feira (7/6) a segunda etapa do Auxílio Emergencial Gaúcho. Depois de mulheres chefes de família, chegou a vez das empresas do Simples Nacional, com atividade principal nos setores de alojamento, alimentação e eventos. "Um valor que pode não resolver todos os problemas dessas empresas, mas é uma maneira de ajudarmos neste momento complicado em função da pandemia. Os próximos públicos do Auxílio Emergencial Gaúcho serão os Microempreendedores Individuais (MEIs) e os trabalhadores desempregados das áreas de alimentação, alojamento e eventos. Em relação a esses dois

últimos grupos, vamos divulgar mais detalhes ao longo do mês de junho", afirmou o governador Eduardo Leite em vídeo divulgado nas redes sociais na segunda-feira (7/6). Empresários interessados deverão se cadastrar, em até duas semanas (de 7 a 21 de junho), no [site](#). Fonte: O Estado do RS

**ANPD chama à sociedade a colaborar com nova regulamentação.** A Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) abriu para a consulta pública a nova estratégia de atuação fiscalizatória da agência. Cidadãos e entidades da sociedade civil poderão colaborar com o aperfeiçoamento dos planos dos mecanismos e fiscalização que a ANPD pretende adotar. Entre os tópicos da minuta apresentada à sociedade estão ações de monitoramento, orientação, prevenção e aplicação de sanções aos que transgredirem a Lei Geral de Proteção de Dados. Segundo Bia Barbosa, representante do 3º setor no Comitê Gestor da Internet no Brasil, "A abertura de consultas públicas, assim como a realização de audiências por parte da ANPD, é um processo fundamental para que todos os setores interessados e atingidos pela regulação que será implementada possam, antes da sua adoção, se manifestarem e serem ouvidos". Fonte: Congresso em Foco

**Governo e setor chegam a um acordo para ampliar Zonas de Processamento de Exportações.** O governo e defensores das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) chegaram a um acordo para permitir que as empresas instaladas nessas regiões possam destinar toda a sua produção para o mercado doméstico, o que hoje é vedado, e que companhias de serviços possam adotar esse modelo, atualmente restrito à indústria. As mudanças constarão do parecer do deputado Lucas Vergílio (Solidariedade-GO) à medida provisória (MP) 1033, que suspende a cota mínima de 80% de exportação para as empresas instaladas nas ZPEs até o fim deste ano, por causa da pandemia da covid-19. O texto será votado pela Câmara dos Deputados esta semana. Fonte: Valor Econômico

**GT do SeAC define temas e começa a convidar especialistas.** Até o dia 25 de junho o Grupo de Trabalho do SeAC recebe contribuições da sociedade para o debate sobre a Lei do Serviço de Acesso Condicionado, especificamente sobre os temas: estrutura societária; obrigações de empacotamento de canal (must-carry); simplificação tributária; fomento; cotas e produção independente; e regulação. Diferentes entidades estão sendo chamadas a contribuir, inclusive do próprio governo. Conforme apurou este noticiário, nos dias 16, 17 e 24, o Ministério das Comunicações fará reuniões sobre alguns destes temas. Serão feitas conversas sobre simplificação tributária, must-carry e regulação, respectivamente. O Ministério da Economia, por exemplo, já foi convidado e será ouvido nesta ocasião. Fonte: Teletime

**No Brasil, cibersegurança não é prioridade de orçamento para quase 40% das empresas.** Uma pesquisa solicitada pela Mastercard ao Instituto Datafolha revelou que 57% das empresas brasileiras dos setores de educação, financeiro e seguros, tecnologia e telecom, saúde e varejo, são alvo de fraudes e ataques digitais com média ou alta frequência e que apenas 32% das empresas entrevistadas possui uma área própria de cibersegurança. O "Barômetro da Segurança Digital" entrevistou decisores da área de tecnologia de empresas de setores de educação, financeiro e seguros, tecnologia e telecom, saúde e varejo e mostrou que apesar das organizações reconhecerem a importância da cibersegurança, elas não desenvolvem políticas de segurança digital e treinamento para os seus funcionários de forma aprofundada. Fonte: ABRANET

**Empresas criam Open RAN do Brasil e pedem marco regulatório.** Em carta enviada aos conselheiros da Anatel, CPqD, Cisco, Qualcomm, IBM, NEC, Nokia e Trópico anunciaram a criação do grupo Open RAN do Brasil, aberto a novos membros, com objetivo de defender marco regulatório e medidas de incentivo aos padrões abertos. Ao destacar "a criticidade do Open RAN para o Brasil", o grupo alinha entre suas metas o desenvolvimento de um ecossistema inovador, com promoção de interoperabilidade e harmonização de soluções, especialmente para o 5G, além de suportar e contribuir com a definição do mencionado marco regulatório. Nessa linha, o grupo quer políticas públicas para a adoção das soluções baseadas em Open RAN, e ainda "incentivos para fomentar a cadeia de valor de serviços, software e hardware, incluindo semicondutores, associada à tecnologia do Open RAN". Fonte: Convergência Digital

**Anatel vai contratar consultoria voltada para gestão de espectro.** A Anatel anunciou, na segunda-feira, 7, a abertura de chamamento público para empresas que queiram participar da licitação internacional para contratação de consultoria sobre gestão de espectro. A escolha da companhia será feita pela União Internacional de Telecomunicações (UIT). A consultoria contratada deverá elaborar relatório analisando a gestão de espectro e órbita realizada pela Anatel, perpassando pelo arcabouço normativo e fiscalizatório, no

intuito de propor evoluções regulatórias para remover eventuais barreiras à implementação do acesso dinâmico ao espectro e órbita. Terá que indicar também as novas possibilidades de definir a eficiência do uso do espectro enquanto ferramenta de avaliação dos ganhos atingidos com os avanços tecnológicos, de modo a subsidiar o planejamento de longo prazo de uso do espectro. Fonte: Tele Síntese

**PF solicita investigação de tentativa de obstrução da CPMI das fake news.** A Polícia Federal enviou um documento para o STF (Supremo Tribunal Federal) sugerindo a abertura de investigação para analisar a tentativa de obstrução da CPMI das fake news. Segundo o jornal O Estado de S.Paulo, o pedido foi feito em dezembro de 2020, na esteira do inquérito dos atos antidemocráticos – aberto em abril de 2020 para apurar a organização e participação de congressistas em manifestações que pediam o fechamento do Congresso, STF e a edição de um decreto semelhante ao AI-5. A CPMI ainda não teve resultados e está suspensa desde março de 2021 por conta da pandemia. As novas buscas da PF teriam como alvos apoiadores bolsonaristas. Fonte: Poder 360

**Ministério da Justiça e Segurança Pública desenvolve aplicativo para aferir qualidade da internet.** O desenvolvimento de um aplicativo para aferir a qualidade da internet foi uma das ações de melhorias para o consumidor apresentadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), durante audiência pública na segunda-feira (31), na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, da Câmara dos Deputados. O aplicativo está em construção em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) e irá auxiliar o consumidor a avaliar a qualidade dos serviços de empresas de telecomunicações. “Estamos alertas para que as empresas cumpram suas obrigações legais, e que ocorra a melhoria do sinal da telefonia móvel e de internet. A Secretaria acompanha com atenção o setor de telecomunicações, por meio de suas plataformas de monitoramento de mercado. Hoje, é o segmento mais reclamado, ficando atrás apenas do setor financeiro”, frisou o coordenador-geral de estudos e monitoramento de Mercado do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC/Senacon), Frederico Moesch. Fonte: ASCOM MJSP